

上訴案第 241/2019 號

日期：2019 年 5 月 9 日

- 主題：
- 交通意外
 - 審查證據中的明顯錯誤
 - 法律問題
 - 過錯分配
 - 精神損害賠償
 - 衡平原則
 - 平等原則

摘 要

1. 法院的事實審理是在遵循法律規定的證據原則以及確信的一般經驗法則的基礎上形成不能成為上訴標的的自由心證而認定的審理結果，然後在此基礎上作出法律的適用。

2. 上訴人僅僅不同意原審法院所認定的嫌犯對交通意外承擔任何的過錯責任的決定，也就僅提出了一個純粹的法律問題，而非有關事實審理的瑕疵的問題。
2. 原審法院認定的交通意外的成因的事實時寫到：“導致此次意外的主要原因是嫌犯不遵守有關交通規則，在駕駛時未根據行駛路面情況以及交通流量以適當速度行駛，以致在發現被害人在汽車前方橫過馬路時，不能及時將車輛停下讓被害人通過，最終造成被害人被撞擊後傷重死亡的後果”，是一個結論性的事實判斷，不能給我們解釋當事人的責任提供客觀的事實基礎。
3. 雖然，在一般情況下，駕駛者是在通過一個禁止行人橫過馬路的道路上行車的，行人出現的機會很低，但是，作為具有特別減速義務的駕駛者（進入圓形地——《道路交通法》第 32 條第 1 款第（五）項的規定），更應該時刻留意路況，及時對即使機會很小也可能突然出現的障礙物作出避碰反應。在這種情況下發生的交通意外，尤其是在嫌犯的過失殺人罪名成立的決定確定了的情況下，肇事者雙方均應該對事故承擔責任。
4. 受害人精神方面的損失的補償的對象屬於“金錢化傷痛 (*pretium doloris*)”，補償也僅用於彌補受害人遭受的身體以及精神傷痛，它的訂定，由法官依公平公正原則作出，而法官只能根據每一個案中已證事實及具體情況作出考慮，而不可能以其他個案或判決中某個可量化的項目作為衡量精神損害賠償的指標，更不可能存在一計算精神損害賠償的公式。
5. 這種補償並不因人種、性別、年齡以及社會生活條件的不同而有所區別，因為他們所受的傷痛都是一樣的，不因生活條件不同而有所不同。

裁判書製作人
蔡武彬

上訴案第 241/2019 號

上訴人：A (A)

澳門特別行政區中級法院合議庭判決書

一、案情敘述

澳門特別行政區檢察院控告嫌犯 B 是直接正犯，其既遂之行為因違反《道路交通法》第 30 條第 1 款所規定義務而觸犯了《刑法典》第 134 條第 1 款結合《道路交通法》第 93 條第 1 款及第 94 條(一)¹項所規定及處罰的一項過失殺人罪。

民事損害賠償請求：

死者丈夫 C 本人並代表二名子女針對嫌犯駕駛車輛的承保公司 A 及嫌犯 B 提出了附帶民事賠償請求，請求狀載於卷宗第 198 頁至第 208 頁（為著適當的法律效力，在此視為完全轉錄），請求初級法院判處被請求人賠償：1)死者子女們將來的扶養費；2)運送遺體、喪葬儀式及死者丈夫前來澳門的費用；3)三名請求人的精神損害；4)死者所承受的精神損害；5) 死者生命權等。

初級法院刑事法庭的合議庭在第 CR2-15-0208-PCC 號案件中，經過庭審，最後作出了以下的判決：

1. 裁定被害人死者及三名民事損害賠償請求人獲賠償以下金

¹ 就條文之修正可參閱卷宗第 128 頁背頁檢察院的建議及卷宗第 132 頁的法官批示。

額：

- 被害人生命權損害：澳門幣 72 萬；
- 被害人死亡前之精神損害：澳門幣 12 萬；
- 第一民事損害賠償請求人為被害人支付的喪禮費：菲律賓披索 6 萬；
- 第一民事損害賠償請求人非財產損害：澳門幣 18 萬；
- 第二民事損害賠償請求人的非財產損害：澳門幣 24 萬元；
- 第三民事損害賠償請求人的非財產損害：澳門幣 24 萬元；
- 上述所有金額附加自本判決作出之日起至完全支付為止的法定利息。

2. 上述賠償總金額中，澳門幣 150 萬元由第二民事損害賠償被請求人 A 支付；
3. 上述賠償總金額中，其餘金額由第一民事損害賠償被請求人 B（即：嫌犯）支付。
4. 駁回其他訴訟請求。

上訴人 A 不服判決，向本院提起上訴。²

² 其葡文內容如下：

1. O acordão de que ora se recorre enferma de erro notório na apreciação da prova (art.º 400 n.º 2 alínea c) do C.P.P.M.) e de erro na aplicação da Lei. “Do quantum indemnizatório”. (art.º 400 n.º 1 do C.P.P.M.);
2. Enferma de erro notório na apreciação da prova no que diz respeito à distribuição da percentagem da responsabilidade entre o arguido e a ofendida na produção do acidente de viação.
3. A recorrente considera que, face à matéria dada como provada a responsabilidade pela ocorrência deste acidente não pode ser assacada a outra pessoa que não a própria ofendida;
4. Na verdade, e como é do conhecimento comum, a Praça do Lago Sai Wan é uma Rotunda com várias faixas de rodagem e onde o trânsito é intenso e a travessia é totalmente proibida aos peões a não ser em passagens bem designadas e perfeitamente visíveis, sendo que ficou provado que existia uma passagem subterrânea para peões que distava a 29,7 metros do local do acidente e que a falecida atravessou a correr a referida Praça;
5. Considerar que o arguido tem 60% de responsabilidade na ocorrência deste acidente apenas porque não conseguiu travar a tempo de evitar o embate da sua viatura com a ofendida é

民事請求人 C 代表二名子女就上訴人所提出的上訴作出答覆。³

desvirtualizar e inverter totalmente as regras de trânsito pois o arguido não fez nada de mal, uma vez que se encontrava a conduzir o seu automóvel a uma velocidade dentro dos limites legais e atento ao restante trânsito automóvel;

6. E, mesmo que, com o que não se concorda, se pudesse atribuir uma ínfima parte de culpa pela produção do acidente ao arguido, nunca esta culpa poderia ser superior a uns 10% ou 15%;
7. Por outro lado, e sempre sem conceder, no que toca aos montantes atribuídos para compensação dos danos morais sofridos pela ofendida, pelos seus herdeiros e pela perda do direito à vida a decisão recorrida não tomou, de todo, em consideração o facto da lesada ser de uma condição económica extremamente baixa e de o valor do custo de vida nas Filipinas, local onde os seus herdeiros residem, ser inferior a metade do valor do custo de vida em Macau;
8. Embora não se questione o direito do douto Colectivo de atribuir aos herdeiros da ofendida os valores que considerar mais adequado, o que é um facto é que estes valores não poderão ser arbitrários, mas terão sim, que ter em conta as situações concretas sofridas pela vítima e pelos seus herdeiros dadas como provadas em audiência de discussão e julgamento e os valores habituais atribuídos pela jurisprudência para situações semelhantes.

Nestes termos, nos melhores de Direito e sempre com o Mui Douto suprimento de V. Excelências, deve, pelas apontadas razões, ser julgado procedente o presente recurso, assim se fazendo a esperada e sã Justiça.

³ 其葡文內容如下：

1. Veio a Recorrente e Demandada insurgir-se contra a douta decisão proferida pelo Tribunal Judicial de Base que, na sequência da anulação em 7 JUN 2018 pelo T.S.I. da anterior decisão da 1ª Instância, a condenou novamente no pedido de indemnização cível, alterando, todavia, a primitiva atribuição de 70% de responsabilidade ao arguido, Kong Hou In, e 30%, à vítima, Austria Imelda Ignacio, para, respectivamente, 60% e 40%.
2. O arguido e 1º demandada confessou na íntegra os factos da acusação, ou seja, assumir ser responsável e culpado pela produção do acidente e foi condenado criminalmente atenta essa sua culpa, questão esta que se encontra já transitada em julgado.
3. O arguido foi a causa principal do acidente por não ter respeitado e, pelo contrário, ter violado as regras de trânsito, pois não guiou com a velocidade adequada – que era a sua obrigação – de acordo com a situação real do fluxo do trânsito, resultando assim que não conseguiu parar o veículo de forma a evitar o embate na vítima do respectivo acidente.
4. Ficou provado que o embate foi violento tendo projectado a vítima a 13 metros de distância entre o ponto de embate e o local onde ficou estatelada a esvaír-se de sangue no asfalto, sendo sobretudo de realçar que o veículo conduzido pelo recorrente veio somente a parar 10 metros à frente do ponto de embate.
5. Conduzindo um veículo automóvel, os deveres do 1º demandado, de cuidado e de circular com uma velocidade adequada, mantêm-se ou mesmo se sobrepõem face aos demais utentes das vias públicas, mesmo que estes porventura violem as regras de uso das mesmas.
6. Não obstante a violação das regras respeitantes ao atravessamento da faixa de rodagem por parte da vítima, ainda assim o arguido e 1º demandado continuava adstrito aos deveres de

-
- reforçado cuidado, reforçada atenção e de concreta adequação a cada momento da velocidade às circunstâncias acima referidas e, não conseguindo o 1º demandado evitar o embate porque não cumpriu esses deveres, houve violação ilícita e culposa dos direitos da vítima por parte do arguido e 1º demandado.
7. De acordo com a testemunha ouvida no segundo julgamento, a vítima atravessou a via conjuntamente com mais pessoas (mais duas ou três, de acordo com a testemunha) e, logo, quando o 1º demandado segue na faixa o que se lhe depara à frente não é apenas uma só pessoa a correr a atravessar a via mas, pelo menos, 3 ou mesmo 4 pessoas, sendo que esta circunstância torna mais exigível e expectável ao 1º demandado aperceber-se de uma “mancha visual” no seu ângulo de visão composta por 3 ou 4 pessoas do que se fosse uma única pessoa.
 8. Assim sendo, após a produção de prova efectuada no 2º julgamento e considerando o demais probatório resultante do 1º julgamento, não pode a co-responsabilidade pelo acidente alterar-se nos termos agora defendidos pela recorrente e, pelo contrário, deverá manter-se em 60% para o 1º demandado e em 40% para a vítima.
 9. O erro notório na apreciação da prova somente existe quando se dão como provados factos incompatíveis entre si, isto é, que o que se teve como provado ou não provado está em desconformidade com o que realmente se provou, ou se retirou de um facto tido como provado uma conclusão logicamente inaceitável e também existe quando se violam as regras de valor da prova vinculada ou as legis artis – cfr. Acórdão T.S.I. nº 314/2006, de 2006/09/28; e Acórdão T.S.I. nº 553/2006, de 2008/02/21-, anda similar se podendo assacar à decisão recorrida pelo que, no que a esta parte respeita, deve improceder o recurso, mantendo-se inalterada a decisão recorrida.
 10. A indemnização por danos morais atribuída pelo T.J.B. foi justa e acertada, face aos seguintes elementos provados na decisão recorrida, nomeadamente que a i) vítima era uma mulher extremamente nova, de apenas 47 anos; ii) sacrificou-se ao deslocar-se para longe da sua família – para trabalhar na R.A.E.M. – para poder dar uma vida melhor aos seus filhos; iii) os seus filhos tinham apenas 9 e 13 anos de idade; iv) os seus filhos, devido ao acidente fatal, ficaram privados do seu amor e rendimento, uma vez ser esse rendimento a fonte principal da subsistência dos seus filhos e do marido; e que v) a vítima ficou estatelada no asfalto a esvair-se em sangue enquanto aguardava a chegada da ambulância em extrema “dor, desespero, angústia e médio”.
 11. Carece de qualquer razão ou atendibilidade o peregrino argumento da recorrente que sendo a vítima, tal como os recorridos, de nacionalidade filipina e, como tal, de condição económica extremamente baixa, então não deveria ser-lhes atribuídos os montantes em causa a título de danos morais por morte da vítima, mas outros patentemente mais baixos.
 12. Tal seria profunda e flagrantemente discriminatório à luz dos princípios de direito praticados nos Tribunais da R.A.E.M., sendo tributária da ideia de que o montante atribuído em sede de dano moral pela morte de um ser humano pode ser diferente consoante a nacionalidade.
 13. Filhos de 9 e 13 anos que choraram, choram e toda a sua vida chorarão pela morte prematura da sua mãe apenas com 47 anos não sofrem menos, nem são merecedores de menor tutela indemnizatória, pelo simples facto de viverem em Macau, no Dubai ou nas Filipinas!
 14. A vida humana é o bem maior, único e irrecuperável, sendo de igual importância para todas as pessoas, já que a vida humana vale por ela própria e não por comparação com outras vidas – que seriam “menos dignas”, como em tempos nefandos se pensava -, muito menos consoante a sua nacionalidade, o estrato social ou a sua situação geográfica.

駐本院助理檢察長並無提出法律意見書。

本院接受上訴人提起的上訴後，組成合議庭，對上訴進行審理，各助審法官檢閱了卷宗，並作出了評議及表決。

二、事實方面

案件經庭審辯論後查明以下已證事實：

1. 獲證之事實：

- 有關交通意外發生之經過，且上訴未改變而獲確定之事實：
 - 2014 年 2 月 15 日上午約十時五分嫌犯 B 駕駛 MS-XX-XX 號輕型汽車沿西灣湖廣場由孫逸仙大馬路方向駛往何鴻燊博士大馬路方向期間，因未根據路面狀況以適當速度行駛，以致發現行人 D（被害人）在旅遊塔巴士站對開路面穿越車行道時，無法將 MS-XX-XX 號汽車剎停以避讓該被害人。
 - 被害人被 MS-XX-XX 號汽車車頭碰撞後倒地嚴重受傷，於

-
15. A dignidade humana e o princípio universal de tratamento isónomo e equalitário têm a sua sede no Direito Natural, estando também positivados em todos os ordenamentos jurídicos onde vigore o princípio do Estado-se-Direito e todas as suas inerentes valorações axiológicas, citando-se, entre outros, o disposto no art. 25º, aplicável por força do art. 43º, ambos da Lei Básica: Artigo 25º Os residentes de Macau são iguais perante a lei, sem discriminação em razão de nacionalidade, ascendência, raça, sexo, língua, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução e situação económica ou condição social; Artigo 43º As pessoas que não sejam residentes de Macau, mas se encontrem na Região Administrativa Especial de Macau, gozam, em conformidade com a lei, dos direitos e liberdades dos residentes de Macau, previstos neste capítulo.
 16. A indemnização a título de danos morais foi fixada equitativamente em face das circunstâncias dadas por assentes no texto da decisão recorrida, à luz dos critérios previstos nos arts. 487º e 489º, nº 3, do Código Civil e, bem assim, da jurisprudência dos Tribunais superiores, não merecendo por isso qualquer mínima censura.
 17. Salvo o devido respeito por opinião diversa, o aludido Recurso não deverá merecer provimento, devendo antes ser julgado improcedente *in totum*, mantendo-se na íntegra a decisão recorrida.

同日 10 時 21 分被送至仁伯爵綜合醫院救治時死亡。

- 被害人當時正由嫌犯行車方向自左向右穿越馬路。
- 經法醫解剖後確認被害人是因交通意外碾壓所造成的嚴重顱腦損傷而死亡 (參見卷宗第 97 頁之屍體解剖報告)。
- 導致此次意外的主要原因是嫌犯不遵守有關交通規則，在駕駛時未根據行駛路面情況以及交通流量以適當速度行駛，以致在發現被害人在汽車前方橫過馬路時，不能及時將車輛停下讓被害人通過，最終造成被害人被撞擊後傷重死亡的後果。
- 嫌犯清楚知道其行為是法律所禁止，會受到法律的相應制裁。
- 民事請求部分之損害，且上訴未改變而獲確定之事實：
 - D (被害人) 死亡當日，其為已婚，且有兩名子女；E (民事第二請求人) 及 F (民事第三請求人)，連同死者的丈夫，他們為死者的繼承人。
 - 第二被請求人為肇事汽車 MS-XX-XX 對第三人民事責任承保的保險公司，保險單編號 0009XXXX，每起事故的賠償限額為澳門幣 150 萬元。
 - 死者至 2014 年 2 月 10 日為家佣，每月收入為澳門幣 4,000 元。
 - 死者生前每月會將澳門幣 2,000 元寄回菲律賓以作為兩名未成年子女 (即第二請求人及第三請求人，分別於 2000 年 6 月 6 日及 2004 年 7 月 18 日出生) 的生活費。
 - 第一請求人為死者支付了菲律賓披索 10 萬元的喪葬費。
 - 第一被請求人 (嫌犯) 案發時的駕車速度不少於每小時 40 公里，並在現場的左邊第二條行車道行駛。
 - 在意外現場 50 米的範圍內設有行人橫過馬路的設施 (地下隧道)。

- 三名請求人因被害人死亡而感到傷心。
- 第一被請求人透過菲律賓駐澳門領事館向人死者家屬提供了澳門幣 20,000 元的慰問金。
- 死者的屍體解剖報告中顯示死者體內含有每公升 0.25 克的酒精。
- 死者案發時沒有使用設在意外現場 50 米範圍內的行人橫過馬路設施。

2. 重審獲認定屬實之事實：

- 意外現場附近，約 29.7 米處有供行人橫過馬路的地下隧道。
- 上述隧道鏈接廣場及各條道路。
- 被害人疾步橫過馬路。

3. 未能證明的事實：(已確定的原判決認定的及經重審認定之未獲證事實)

- 民事損害賠償請求狀及答辯狀中其他與上述獲證事實不符之事實未獲證明屬實，特別是：
- 未獲證明：因左側車道被巴士佔據，故第一民事損害賠償被請求人（即：嫌犯）沿中線行走。
- 未獲證明：在交通意外發生時，西灣湖廣場的道路交通流量大。
- 未獲證明：無論是地下隧道還是一條斑馬線，均距交通意外發生地點約 15 米。
- 未獲證明：第一民事損害賠償被請求人（即：嫌犯）小心駕駛並且注意其他行車線之行車，其無法預見被害人突然橫穿廣場出現其車前。
- 其他事實，或為未證明屬於，或屬於結論，或法律見解，保險公司答辯狀第 25 條關於被害人是否違反道路交通的判斷。

三、法律部份

上訴保險公司的上訴提出了三個遞進關係的上訴理由：第一，嫌犯在駕駛過程中不存在任何的過錯，遵守適當速度規則，不應該對死者的死亡承擔任何的責任；第二，即使要承擔責任也不能高於 10% 或者 15% 的責任分擔；第三，如果上面的理由還不成立，上訴人認為原審法院的判給所有民事原告的精神損害賠償的時候，原審法院並沒有考慮在菲律賓生活水平低於中等程度等的事實，而作出了金額過高的判處決定。

我們看看。

首先，關於上訴人所質疑的事實瑕疵，我們知道，根據《刑事訴訟法典》第 400 條第 2 款 c) 項規定，審查證據中的明顯錯誤是指已認定的事實互不相容，也就是說，已認定的或未認定的事實與實際上已被證實的事實不符，或者從一個被認定的事實中得出在邏輯上不可接受的結論。錯誤還指違反限定證據的價值的規則，或職業準則。錯誤必須是顯而易見的，明顯到一般留意的人也不可能不發現。⁴

我們一再強調，原審法院的事實審理是在遵循法律規定的證據原則以及確信的一般經驗法則的基礎上形成不能成為上訴標的自由心證而認定的審理結果，然後在此基礎上作出法律的適用。很明顯，如果上訴人僅僅不同意原審法院所認定的嫌犯對交通意外承擔任何的過錯責任的決定，那麼，上訴人也就僅僅對原審法院的決定提出一個純粹的法律問題，而非有關事實審理的瑕疵的問題。

根據上文引述的上訴人的上訴理由，我們不難發現，上訴人並沒有對原審法院的事實審理提出質疑，而其主張也就僅僅涉及原審法院確定的過錯或者過錯比例是否適當的問題。

而事實上，原合議庭就其對事實審的結果所發表的判案理由說明，對任何一個能閱讀原審判決書內容的人，均會在閱讀後，按照人們日常生活的經驗法則，認為原審的事實審結果並非不合理，那麼，原審法院在分析對證據的審理過程中不存在明顯的錯誤，而在此基礎上認定的事實應該作為解釋事實及適用法律的基礎。

4 參見終審法院於 2001 年 3 月 16 日，在第 16/2000 號刑事上訴案判決。

原審法院的事實審理是在訴訟標的的重審並認定事實的。原審法院認定了以下重要的已證和未證事實：

“- 導致此次意外的主要原因是嫌犯不遵守有關交通規則，在駕駛時未根據行駛路面情況以及交通流量以適當速度行駛，以致在發現被害人在汽車前方橫過馬路時，不能及時將車輛停下讓被害人通過，最終造成被害人被撞擊後傷重死亡的後果。

- 死者案發時沒有使用設在意外現場 50 米範圍內的行人橫過馬路設施。

- 意外現場附近，約 29.7 米處有供行人橫過馬路的地下隧道。

- 上述隧道鏈接廣場及各條道路。

- 被害人疾步橫過馬路。

未獲證明：第一民事損害賠償被請求人（即：嫌犯）小心駕駛並且注意其他行車線之行車，其無法預見被害人突然橫穿廣場出現其車前。”

首先，我們必須指出的是，上述所引述的第一點原審法院認定的交通意外的成因的事實，是一個結論性的事實判斷，不能給我們解釋當事人的責任提供客觀的事實基礎。

其次，我們看看其他事實。雖然原審法院不能證實嫌犯小心駕駛以及沒有辦法預見死者突然橫穿馬路而出現在其車前的事實，但是，一方面，原審法院證實了死者疾步橫過馬路，約 29.7 米處有供行人橫過馬路的鏈接廣場及各條道路的地下隧道；另一方面，眾所周知的事實是，肇事地點為一圓形地，駕駛者有特別的減速義務（《道路交通安全法》第 32 條第 1 款第（五）項的規定）。可見，雖然，在一般情況下，駕駛者是在通過一個禁止行人橫過馬路的道路上行車的，行人出現的機會很低，但是，作為具有特別減速義務的駕駛者，更應該時刻留意路況，及時對即使機會很小也可能突然出現的障礙物作出避碰反應。因此，在這種情況下發生的交通意外，尤其是在嫌犯的過失殺人罪名成立的決定確定了的情況下，肇事者雙方均應該對事故承擔責任。問題在於責任的比例如何分攤。

從上文的事實的分析看，原審法院所認定的交通意外的肇事責任的比例分配沒有明顯的不當，應該予以支持。

上訴人這部分的上訴理由不能成立。

精神損害賠償

《民法典》第 489 條規定了非財產之損害的制度：

“一、在定出損害賠償時，應考慮非財產之損害，只要基於其嚴重性而應受法律保護者。

二、因受害人死亡，就非財產之損害之賠償請求權，由其未事實分居之配偶及子女、或由其未事實分居之配偶及其他直系血親卑親屬共同享有；如無上述親屬，則由與受害人有事實婚關係之人及受害人之父母、或由與受害人有事實婚關係之人及其他直系血親尊親屬共同享有；次之，由受害人之兄弟姊妹或替代其兄弟姊妹地位之甥姪享有。

三、損害賠償之金額，由法院按衡平原則定出，而在任何情況下，均須考慮第四百八十七條所指之情況；如屬受害人死亡之情況，不僅得考慮受害人所受之非財產損害，亦得考慮按上款之規定享有賠償請求權之人所受之非財產損害。”

由於這部分的損失的補償屬於“金錢化傷痛(*pretium doloris*)”，補償也僅用於彌補受害人遭受的身體以及精神傷痛。⁵ 也就是說，本案所涉及的是對過失而產生的精神損害賠償或非物質損害賠償金額的訂定，由法官依公平公正原則作出，而法官只能根據每一個案中已證事實及具體情況作出考慮，⁶ 而不可能以其他個案或判決中某個可量化的項目作為衡量精神損害賠償的指標，更不可能存在一計算精神損害賠償的公式。⁷

同樣，這種補償並不因人種、性別、年齡以及社會生活條件的不同而有所區別，因為他們所受的傷痛都是一樣的，不因生活條件不同而有

⁵ 參見中級法院 2001 年 2 月 15 日在第 4/2001 號上訴案的判決。

⁶ 參見中級法院 2000 年 6 月 15 日第 997 號民事上訴案合議庭裁判。

⁷ 參見中級法院 2005 年 4 月 7 日第 59/2005 號刑事上訴案合議庭裁判。

所不同。

另一方面，我們理解，人體以及身心的健康是無價的，法律規定對受害人的精神損害賠償也不過是通過金錢的賠償讓受害人的到一些精神安慰而已，而不能理解為完全的肉體的價值化。同時，我們也不能不考慮這些年來澳門社會經濟所發生的變化，物質價值的不斷增長，我們應該讓人的身心健康、精神健康的損害的“安慰價值”得到相應的體現。

從上述的民事請求所載已證事實來看，原審法院依據衡平原則所釐定的賠償金額沒有明顯的過高的情形出現，應該予以維持。

四、決定

綜上所述，中級法院合議庭裁定上訴人的上訴理由不成立，維持原判。

本程序的訴訟費用由上訴人支付以及支付 6 個計算單位的司法費。

澳門特別行政區，2019 年 5 月 9 日

蔡武彬

司徒民正

陳廣勝